



MPF representa ao TCU para que inicie fiscalização na Receita

O subprocurador-geral da República Lucas Rocha Furtado enviou [representação](#) ao Tribunal de Contas de União para que seja instaurada fiscalização das atividades da Receita Federal. O motivo são as revelações da existência de investigações secretas sobre o patrimônio de “agentes públicos” em busca de indícios de crimes e o vazamento de um relatório sobre o ministro Gilmar Mendes.

As investigações, segundo documento interno da Receita revelado pela **ConJur**, procuram indícios de lavagem de dinheiro e corrupção. A lista tem 134 pessoas, escolhidas a partir de dados patrimoniais obtidos por meio de cruzamentos de dados. No documento sobre o ministro Gilmar, divulgado pela revista Veja, um auditor diz que há indícios de tráfico de influência, por causa dos rendimentos da mulher do ministro, advogada em Brasília.

Nada disso é atribuição da Receita Federal. Caso o Fisco chegue a dados que indiquem o cometimento de algum crime, devem enviar os indícios colhidos ao Ministério Público Federal. No caso de “agentes públicos”, o material deve ficar com o tribunal em que os agentes tenham prerrogativa de foro.

Em reunião com Gilmar Mendes nesta sexta, auditores fiscais pediram desculpas ao ministro pelo vazamento do documento, e garantiram que o episódio foi isolado. Em entrevista à revista Época, Gilmar disse que há um ministro do Supremo sendo chantageado para se dobrar às vontades dos órgãos de perseguição, dentre os quais a Receita se incluiu.

Clique [aqui](#) para ler a representação

Date Created

22/02/2019